

## Educação sexual e universidade: compreensões de graduandos sobre sexualidade e gênero

### Sexual education and university: undergraduates' understanding of sexuality and gender

*Ana Paula Leivar Brancaleoni(1); Rosemary Rodrigues de Oliveira(2);  
Caio Samuel Franciscati da Silva(3)*

1 Professora Assistente na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCAV) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Departamento de Economia, Administração e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, Brasil.

E-mail: ana.brancaleoni@unesp.br | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5927-4175>

2 Professora Assistente na Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCAV) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Departamento de Economia, Administração e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, Brasil.

E-mail: rosemary.oliveira@unesp.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1349-659X>

3 Pós-doutorando vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos; Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal (FCAV) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Departamento de Economia, Administração e Educação, São Paulo - Brasil.

E-mail: caiofranciscati@gmail.com | ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4373-5002>

**Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, vol. 4, n. 4, p. 25-42, Outubro-Dezembro, 2018 - ISSN 2447-3944

[Recebido: Março 26, 2018; Aceito: Setembro 16, 2019]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2018.v4i4.2563>

Sistema de Avaliação: *Double Blind Peer Review*  
Editora: Thaísa Leal da Silva

Como citar este artigo / How to cite item: [clique aqui/click here!](#)

## Resumo

Buscando reunir elementos no sentido de saber da pertinência, ou não, de propostas de educação sexual a universitários, propôs-se o presente estudo exploratório que tem por objetivo compreender percepções de um grupo de graduandos, de uma faculdade pública, no que se refere a informações sobre sexualidade. Foram aplicados questionários a 32 universitários e constatou-se que: muitos apresentam dúvidas sobre temas relativos à sexualidade; é frequente a prática de sexo sem proteção, resultando em vulnerabilidade quanto a processos de adoecimento e gravidez indesejada; os indivíduos mantêm estereótipos de gênero e mitos sobre a sexualidade; a universidade e os profissionais de saúde são recursos pouco procurados para a obtenção de informações que, na maioria das vezes, são conseguidas através do grupo de pares e familiares. Os dados encontrados apontam para a relevância de se pensar na questão da educação sexual no Ensino Superior de uma forma mais ampla, possibilitando que a universidade seja promotora de reflexão acerca de questões relacionadas à sexualidade e ao gênero possibilitando a mudança de comportamento e o respeito aos diversos.

**Palavras-chave:** Universitários. Educação sexual. Sexualidade e gênero.

## Abstract

Collecting information to know the relevance or not of proposals of sexual education to university students, the present exploratory study was proposed that aims to understand perceptions of a group of undergraduates, of a public faculty, as far as information about sexuality. Questionnaires were applied to 32 university students and it was verified that: many have doubts about subjects related to sexuality; it is frequent to practice unprotected sex, resulting in vulnerability to illness and unwanted pregnancy; individuals maintain gender stereotypes and myths about sexuality; the university and health professionals are not selected to obtain information that, most of the time, is achieved through the peer group and family. The data found point to the relevance of thinking about the issue of sex education in the university in a broad way, allowing the promotion of reflection on issues related to sexuality and gender, enabling behavior change and respect for the various.

**Keywords:** University students. Sex education. Sexuality and gender.

## 1 Introdução

A sexualidade e sua expressão estão em constante transformação, seja no âmbito dos sujeitos que a experienciam, seja na relação com os significados sociais atribuídos às mesmas, entendendo-se que ambas as relações se constituem em um processo contínuo de construção, articulado também aos sistemas culturais e relações de poder estabelecidos (SANTOS, 2010). Assim, relaciona-se com a busca do prazer, compondo o ser humano desde o nascimento até a morte, podendo manifestar-se de diferentes formas a cada etapa do desenvolvimento, envolvendo as dimensões biológica, psíquica e sociocultural. Portanto, a sexualidade se constrói a partir das possibilidades individuais e das interações com o meio e a cultura, permeadas de valores, crenças e padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino.

No que concerne aos padrões estabelecidos em nossa cultura, vivemos em uma sociedade heteronormativa que se organiza a partir de uma concepção binária de gênero, que define como natural a relação direta entre sexo biológico, gênero e orientação sexual. Dessa forma, se alguém nasce com pênis é entendido que naturalmente é homem e heterossexual. Compõem-se, dessa maneira, uma performática de gênero que legitima a exclusão dos diversos (BUTLER, 2003). Portanto, essa naturalização da sexualidade e do gênero, que são de fato construções discursivas, acaba por patologizar muitas identidades que se constroem fora desses padrões (LEITE JUNIOR, 2012).

A universidade é um espaço de interação, circulação e construção de valores em que os universitários, em sua maioria, encontram-se em uma fase de descobertas e experiências sexuais, assim como de questionamentos acerca da sexualidade e do gênero. Por outro lado, o meio universitário também se constitui como espaço em que preconceitos e estereótipos sobre sexualidade e gênero são mantidos e reproduzidos.

Como afirmam Nardi et al. (2013), depara-se no cotidiano da universidade com uma imensa gama de gestos e discursos constituídos e atravessados pelas hierarquias e desigualdades, o que autoriza inúmeras e dramáticas formas de violência e discriminação. Conforme exemplifica o autor:

Foi-nos relatado que um aluno transexual, durante as aulas de judô na universidade, era proibido de lutar com os homens apesar de vencer todas as lutas. Independente de seu rendimento ser muito superior ao das mulheres de sua turma e de sua identidade de gênero, só podia competir com elas (p. 194).

Portanto, identificam-se ações que ratificam e reiteram constantemente o binarismo feminino-masculino, naturalizando e legitimando como verdade a norma de gênero. Salientam-se, assim, dificuldades existentes na universidade para problematizar

e romper com os preconceitos socialmente estabelecidos, entre elas a permanência hegemônica da heteronormatividade (re)produzida nas práticas institucionais. Para além disso, muitas vezes os mesmos são incorporados e se perpetuam institucionalmente nos saberes produzidos no cotidiano universitário, no campo do gênero e da sexualidade.

No que se refere ao comportamento sexual de universitários, estudos realizados indicam lacunas que precisam ser superadas para que os mesmos vivenciem a sexualidade de forma segura e menos marcada por preconceitos e estereótipos. Como afirmam Rebello e Gomes (2012), ao estudar universitários do gênero masculino, esses constituem roteiros sexuais alicerçados no “modelo hegemônico de ser homem” em que o cuidado não é associado à figura masculina, mas atribuído ao feminino, assim como a manutenção da ideia de que a “sexualidade masculina é desenfreada”, o que justifica o não uso do preservativo.

Velho (2011), ao estudar o comportamento de universitários do Sul do Brasil em relação ao uso do preservativo, indica que o comportamento masculino na relação com o preservativo pauta-se em mitos e preconceitos, especialmente no que se refere ao prazer sexual. As mulheres, por sua vez, ainda não se posicionam de forma segura e consistente na exigência do uso do método.

Zampieri (2012), que estudou o comportamento sexual do universitário brasileiro, aponta que uma porcentagem bastante significativa de jovens não usa qualquer meio para evitar a gravidez indesejada ou prevenir infecções sexualmente transmissíveis (IST). Ressalta ainda a redução do uso do preservativo entre os sujeitos pesquisados na medida em que vão compreendendo a relação com o parceiro como mais estável. A constatação da redução do uso do preservativo também comparece no trabalho de Rebello e Gomes (2012) que investigaram jovens universitários do gênero masculino. Segundo os autores, constata-se também a necessidade de rever a questão do cuidado com a saúde masculina que acaba sendo preterida em uma sociedade machista.

Silva et al. (2010), ao estudarem as diferenças regionais de conhecimento, opinião e uso de contraceptivo de emergência entre universitários brasileiros de cursos da área da saúde, apontam para o fato de que 30% dos jovens pesquisados não usam qualquer tipo de contracepção. Os autores destacam ainda que os conhecimentos sobre os contraceptivos de emergência são da ordem do “ouvir falar”, e que esses jovens não procuram com frequência orientações de profissionais de saúde e/ou na universidade.

Coelho et al. (2013), ao analisarem o comportamento e as informações de estudantes universitários sobre HIV / AIDS, concluíram que uma parcela dos participantes da pesquisa, ainda que tenham acesso a informações sobre HIV / AIDS, assume comportamentos de risco, uma vez que não se protege frente ao possível contágio pelo HIV. Diante da constatação, os autores posicionam que:

Nesse aspecto, percebe-se que a prevenção passa por questões socioculturais complexas, necessitando maiores estudos a respeito da motivação e dos hábitos de prevenção e promoção da saúde entre os jovens brasileiros (p. 8).

Assim, a literatura aponta para a existência de amplas dificuldades no que se refere à sexualidade e ao gênero no cotidiano da universidade, sejam elas referentes a preconceitos e estereótipos propulsores de discriminação e de violência, sejam em relação aos comportamentos sexuais de risco por parte dos universitários.

Esses dados indicam a relevância da educação sexual direcionada a jovens universitários. No que tange aos documentos oficiais que norteiam a educação do país, destaca-se que há uma atenção maior para a questão da educação sexual no Ensino Fundamental e Médio, visto que já foi preconizada como tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1996), comparecendo também nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (BRASIL, 2013), mas a temática ainda é pouco discutida no âmbito do Ensino Superior. Em relação a este último nível educacional, encontra-se na literatura recente um conjunto de trabalhos que analisa a atuação de universitários em atividades de intervenção em educação sexual com adolescentes (BRÊTAS et al., 2015; BRANCALEONI; OLIVEIRA, 2016; SOUZA, 2016), mas não se identificam projetos e/ou trabalhos em educação sexual cujo o público-alvo seja os universitários.

Cláudia Vianna, em conferência da Unesco realizada no ano de 2013 (UNESCO, 2014), relatou que vem percebendo que as políticas educacionais na universidade, no que tange à temática sexualidade e gênero, dizem respeito à formação docente continuada, muitas vezes, realizada a distância. Vianna afirma, ao se referir às políticas públicas para o trabalho com sexualidade e gênero nas universidades, que o investimento em formação inicial foi diminuto e, citando pesquisa do instituto ECOS, realizado no período de 2003 a 2008, constata que, dentre 989 universidades, há apenas 41 cursos que incluem gênero e sexualidade em seus quadros curriculares, dentre os quais a grande maioria trata-se de disciplinas optativas. Desses 41 cursos, apenas nove têm disciplinas alocadas em sua grade regular de formação, ou seja, disciplinas obrigatórias. A pesquisadora evidencia ainda que 71% dos cursos que abordam a temática são de Pedagogia.

Ressalta-se, contudo, que a difusão do conhecimento sobre sexualidade e HIV / AIDS no ambiente universitário pode se constituir enquanto elemento de embate na relação com a propagação da doença, assim como de outras IST. Gênero e sexualidade estão diretamente ligados aos indicadores de qualidade da educação e da saúde, portanto, é essencial investir na divulgação dos saberes acerca do HIV e outras IST entre os jovens, assim como entre as comunidades em que eles vivem (COELHO et al., 2013).

Salienta-se ainda, conforme Silva (2002), que o fato dos jovens terem informações sobre sexualidade não garante que os mesmos mudem de atitude e/ou comportamento, visto que para que essas mudanças ocorram é necessário que os indivíduos subjetivem essas informações, ou seja, a mudança não pode ser garantida por um processo meramente cognitivo. Portanto, é necessário compreender os sentidos atribuídos pelos jovens aos seus comportamentos, vivências e práticas a fim de se promover estratégias que sejam efetivas no que concerne ao autocuidado e ao respeito à diversidade sexual e de gênero.

Frente a isso, buscou-se reunir elementos mais sistematizados no sentido de saber a pertinência, ou não, da educação sexual voltada a universitários, propondo-se o presente estudo exploratório que, dentre outros aspectos, configurou-se a partir da vivência com jovens de uma faculdade de uma universidade pública paulista, em que vários elementos foram se reunindo, através da observação e de conversas cotidianas, indicando a relevância de um trabalho de educação sexual com esses sujeitos. Destaca-se que nessa mesma faculdade há um projeto de extensão que promove oficinas de educação sexual com crianças e adolescentes de escolas públicas, mas que não contemplou, até então, os estudantes da universidade em questão. Destarte, tem-se por objetivo compreender as percepções de um grupo de universitários, do terceiro ano de um curso da área de humanas de uma universidade pública do Estado de São Paulo, acerca de temas referentes à sexualidade e ao gênero.

## 2 Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo qualitativo que, conforme afirma Triviños (1992), não implica na desconsideração dos dados quantitativos, mas na preocupação com a qualidade que os dados podem fornecer, não visando generalizações.

Nessa perspectiva, a principal atenção centra-se no processo e não em um produto matematicamente sistematizado (ALVES, 1991), proporcionando um avanço na interpretação dos resultados na medida em que oportuniza maior aprofundamento na compreensão do objeto de estudo (TRIVIÑOS, 1992). Como afirmam Bodgan e Biklen (1997), o pesquisador, nessa perspectiva, busca compreender como as pessoas que vivenciam a situação estudada a significam, isto é, que valor os indivíduos dão a essa situação.

Os sujeitos da pesquisa foram 32 alunos, de ambos os gêneros, de um terceiro ano de um curso de graduação na área de humanas de uma faculdade pública do Estado de São Paulo, cuja participação foi voluntária e anônima. Inicialmente, aqueles que concordaram com sua participação nessa pesquisa, leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Apenas após a assinatura e recolha do documento foi que os participantes receberam o instrumento de pesquisa. Foi critério de exclusão para a participação na pesquisa ser menor de 18 anos.

Utilizou-se como instrumento de coleta de dados um questionário, elaborado pelos autores, composto por questões objetivas e discursivas que versavam sobre: perfil dos entrevistados, informações sobre sexualidade, primeira relação sexual, práticas sexuais e orientação do desejo, contracepção e uso do preservativo, IST e mitos sobre sexualidade. Os questionários foram aplicados em horário de aula, cedido por um professor da turma. Foi oportunizada aos participantes a possibilidade de esclarecimento de possíveis dúvidas ao longo do processo de resposta ao instrumento.

As questões objetivas foram quantificadas, calculando-se a porcentagem simples das respostas; as discursivas, por sua vez, foram analisadas através do método de análise temática, conforme Minayo (2004). Busca-se através da análise temática a identificação de “núcleos de sentido”, que seriam pontos centrais de significação inseridos nos discursos. Destaca-se a necessidade de uma primeira relação com o material coletado, em que o pesquisador realiza uma leitura flutuante que possibilita o início da exploração desse conjunto de dados. Ao longo da exploração do material, clarificam-se categorias teóricas e/ou empíricas de análise. Trata-se, portanto, de um momento de codificação.

Como afirma Franco (1994), esse processo de definição de categorias se dá de forma dinâmica, sem predefinições rígidas, já que essas categorias vão emergindo dos discursos dos sujeitos envolvidos e só podem ser construídas pela exaustiva análise do material obtido e da teoria. Somente na última fase da análise levam-se em conta as categorizações construídas anteriormente, consistindo em uma tentativa de explicar a realidade na relação com a situação pesquisada. Essa fase implica na construção de teorias e hipóteses sobre os fenômenos, levando em conta também o contexto (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

### 3 Resultados e análise

#### 3.1 Perfil dos entrevistados

Constata-se que 13 dos respondentes afirmaram-se do gênero feminino, na seguinte distribuição etária: cinco entre 20 e 21 anos, cinco entre 22 e 23 anos, dois entre 24 e 25 anos e um entre 26 e 30 anos. Dezenove dos respondentes se afirmaram do gênero masculino, sendo que: onze estão na faixa entre 20 e 21 anos, dois entre 22 e 23 anos, quatro entre 24 e 25 anos e dois entre 26 e 30 anos. Assim, tem-se um perfil jovem.

Todos os respondentes se afirmaram cisgêneros. Cabe destacar que em nenhum dos cursos da referida faculdade se encontram estudantes que se referem transgêneros. Trata-se de um dado que merece ser considerado na medida em que, conforme afirma Bento (2011), vive-se na escola, desde a educação básica, um sistema heteroterrorista que acaba por expulsar aqueles que rompem deflagradamente com o binarismo de

gênero e a heteronormatividade. Nesse contexto, travestis e transexuais vivenciam processos permanentes de exclusão e discriminação no cotidiano escolar, frente aos quais é difícil resistir e sobreviver. Como diz o título do referido artigo de Bento (2011), “Na escola se aprende que a diferença faz diferença”, a diferença do sujeito em relação aos padrões heteronormativos estabelecidos é elemento de discriminação e propulsor do processo que visa à eliminação de sua diferença e, portanto, dele mesmo do contexto escolar / educacional.

Entre os respondentes que se afirmaram do gênero masculino, oito declararam ter religião, seis afirmaram não ter e cinco não responderam. Já entre aquelas que se reconheceram do gênero feminino, dez respondentes afirmaram ter religião e três não.

### 3.2 Informações sobre sexualidade

Quando questionados sobre as fontes que utilizam para obter informações sobre sexualidade e gênero, tem-se a distribuição abaixo.

**Tabelas 1.** Distribuição das respostas segundo as fontes utilizadas para obter informações sobre sexualidade

Fontes	Gênero feminino	Gênero masculino	Total**
Família	9	14	23
Colegas	12	18	30
Televisão	5	10	15
Revistas	5	6	11
Livros	4	5	9
Internet	8	11	19
Universidade	2	4	6
Profissionais de saúde	5	4	9
Outros	1	1	2

\* **Fonte:** Dados coletados pelos autores.

\*\* Cada respondente poderia assinalar mais de uma resposta.

Destaca-se que o grupo de pares é a fonte privilegiada de obtenção de informações sobre sexualidade, seguido pela família e por meios de comunicação como a internet, a TV e a imprensa escrita. Os profissionais de saúde e a universidade, por sua vez, são as fontes menos citadas. A partir das respostas discursivas, dois principais motivos se posicionam para que o grupo de pares e as mídias compareçam com destaque como fontes de busca de informações sobre sexualidade, sendo eles: confiança e desinibição.

No que se refere à confiança, a mesma aparece associada à confidencialidade, “nenhuma outra pessoa vai saber”, especialmente em relação ao uso da mídia, mas também de encontrar uma escuta sem condenação na relação com os pares. Assim, por não reconhecerem como local de diálogo e escuta, a universidade e os serviços de saúde

acabam por pouco comparecer como espaços de formação para o autocuidado e para a vivência mais segura da sexualidade. Esses dados se aproximam, de forma ampliada, às constatações de Silva et al. (2010), no estudo realizado com universitários sobre o uso de contraceptivos de emergência, em que constatam que os jovens permanecem com informações mais na ordem do “ouvir falar” do que checá-las ou aprofundá-las na relação com profissionais da saúde e/ou na universidade.

É importante salientar que nos chama ainda mais atenção o fato do espaço da referida faculdade, em que foi realizado o presente estudo, não ser reconhecido como fonte possível de obtenção de saberes sobre sexualidade e gênero e nem de interlocução e diálogo sobre os temas. Isso especialmente pelo fato de que, nessa mesma instituição, abriga-se um projeto de extensão que desenvolve oficinas de sexualidade e gênero com crianças e adolescentes de escolas públicas. Entende-se, portanto, que possivelmente esse espaço de diálogo e saberes esteja restrito aos universitários participantes do mesmo, não tendo um impacto mais profundo junto aos demais jovens graduandos.

Entre os respondentes que se afirmaram do gênero feminino, oito declararam acreditar possuir informações suficientes sobre sexualidade, enquanto cinco afirmam que não possuem. Já os respondentes que se declararam do gênero masculino, 14 acreditam possuir informações suficientes e cinco não.

Ainda assim, apenas cinco do gênero feminino afirmaram que sempre agem de acordo com seus conhecimentos sobre sexualidade, frente a nove do gênero masculino. Dessa forma, até mesmo pela percepção dos respondentes, podemos indicar que as informações acerca da sexualidade não garantem que as mesmas sejam incorporadas às práticas e vivências afetivo-sexuais dos sujeitos. Além disso, destaca-se também o número de respondentes (dez no total) que afirmaram não ter informações suficientes, o que não é desprezível. Nesse sentido, destacamos as considerações de Silva (2002) sobre a insuficiência de se ter informações sobre sexualidade e gênero para que os jovens promovam mudanças em seus comportamentos, especialmente no que se refere à adoção de ações de autocuidado. Para além das informações, é necessário que haja espaços de diálogos e reflexões, de modo a oportunizar que as mesmas sejam subjetivadas, assim como sejam ressignificadas crenças, estereótipos e preconceitos. Portanto, constata-se que faltam a esses jovens espaços para obtenção de informações, através dos quais possam superar o “ouvir falar”, mas, além disso, são escassos os canais para o diálogo franco, a reflexão e o favorecimento de transformações pessoais, assim como das relações estabelecidas entre eles.

Ao invés de problematizar o instituído no campo dos preconceitos, das relações machistas, heteronormativas, vários estudos apontam que no espaço universitário perpetuam-se “costumes” e relações conservadoras da ordem hegemônica e propagadores de relações que em nada favorecem práticas de autocuidado, assim como relações de respeito à diversidade sexual e de gênero. Um exemplo da explicitação do

ideário machista e heteroterrorista são os trotes universitários (NARDI et al, 2013) que não apresentam uma configuração diferente na faculdade em questão. Frequentemente são rituais de humilhação pautados em preconceitos e estereótipos, constituindo-se em violências àqueles que são submetidos aos mesmos, especialmente às mulheres e aos que rompem visivelmente com a heteronormatividade.

### 3.3 Primeiras relações sexuais

No que se refere à orientação do desejo, apenas um respondente do gênero masculino se afirmou homossexual, todos os demais respondentes, de ambos os gêneros, afirmaram-se heterossexuais.

Quando questionados sobre a primeira relação sexual, constatam-se diferenças no perfil de respostas das pessoas do gênero feminino e masculino. Entre as mulheres, dez tiveram a primeira relação com o namorado, duas com um paquera e uma respondente afirmou que ainda não tivera uma relação sexual. Já entre os respondentes do gênero masculino, apenas três tiveram sua primeira relação sexual com a namorada, sendo que seis ocorreram com paqueras, três com amigo/a, um com pessoa da vizinhança, outros dois não responderam e um referiu que ainda não tivera a primeira relação sexual.

Entre os respondentes que se afirmaram do gênero feminino, dez afirmaram que usaram contraceptivos na primeira relação sexual. Já os respondentes que se declararam do gênero masculino, 11 afirmaram que usaram. Destaca-se, assim, o número significativo de jovens que se expôs à gravidez indesejada e ao contágio por infecções sexualmente transmissíveis na primeira relação sexual.

Em relação às IST, destaca-se o brutal aumento do contágio entre os jovens. No que tange à sífilis, em outubro de 2016 o Ministério da Saúde decretou estado de epidemia. O boletim epidemiológico de sífilis (BRASIL, 2017) evidencia que desde 2010, quando os hospitais passaram a ser obrigados a repassar seus dados sobre a doença para o Ministério, foram notificados quase 228 mil novos casos da doença; entre 2014 e 2015 houve um aumento de 32% nos casos de sífilis entre adultos – e mais de 20% em mulheres grávidas. A maior parte dos casos está na região Sudeste (56%), a mais urbanizada e desenvolvida do país. Em 2017 foram 6,4 casos de bebês infectados a cada mil nascidos vivos; o valor é 13 vezes maior do que a Organização Mundial da Saúde considera aceitável (taxa de detecção igual ou menor a 0,5).

Um das justificativas utilizadas pelo Ministério da Saúde para explicar o aumento de casos relacionados à sífilis é a queda no uso das camisinhas. Dados do boletim epidemiológico permitem observar que o maior crescimento da infecção se dá entre a população de mães jovens (BRASIL, 2017).

Tomando por base o HIV, segundo dados da UNAIDS (Joint United Nations Program on HIV/AIDS), o Brasil lidera os novos casos de HIV na América Latina. O Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle de IST, do HIV / AIDS e das

Hepatites Virais do Governo Federal, divulgou em 26 de fevereiro de 2017, dados do Ministério da Saúde que indicam que apenas 56,6% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos usam preservativos com parceiros eventuais, alertando para o risco ainda maior de propagação de doenças como AIDS, sífilis, HPV, gonorreia, herpes genital, hepatite B e C, entre essa faixa etária.

Os dados vão ao encontro de referências na literatura que também indicam o índice significativo de jovens que não fazem uso do preservativo, inclusive na primeira relação sexual. A relação com o preservativo também é atravessada pelo machismo que atribui ao homem uma condição “desenfreada” do desejo e ato sexual e, portanto, tem-se o não uso como sinal de virilidade, dificultando em muito a adoção da proteção nas relações sexuais. Já entre as mulheres, depara-se com a dificuldade de posicionamento e afirmação diante do homem, sustentadas também pelo machismo, o que também é um grande dificultador para a exigência do uso do mesmo (VELHO, 2011; REBELLO; GOMES, 2012). Na condição da primeira relação sexual, somam-se a isso os mitos, inseguranças e medos que permeiam a vivência da mesma em nossa cultura.

### 3.4 Vida sexual atual

Em relação à satisfação com a vida sexual, dez respondentes do gênero feminino afirmaram ter uma vida sexual ativa e satisfatória, uma pessoa não respondeu e duas se referiram à vida sexual como inativa e insatisfatória. Já entre os respondentes do sexo masculino, têm-se quinze que afirmaram ter uma vida sexual ativa e satisfatória, dois ativa e insatisfatória e dois inativa e satisfatória.

No que se refere às experiências sexuais dos respondentes, temos que:

**Tabela 2.** Distribuição das respostas por dos respondentes

Experiências sexuais	Gênero feminino	Gênero masculino	Total**
Beijo “de língua”	13	18	31
Carícias nos genitais	12	18	30
Material Erótico	5	11	16
Desejo de ver/observar (voyeurismo)	3	4	7
Masturbação Mútua	8	15	23
Carícias nos seios	11	15	26
Abraços sem roupas	9	16	25
Pagar por sexo	0	4	4
Relações com pessoas do mesmo sexo	0	1	1
Sadomasoquismo	0	2	2
Troca de casais	0	1	1
Sexo grupal	0	1	1

\* **Fonte:** Dados coletados pelos autores.

\*\* Cada respondente poderia assinalar mais de uma resposta.

Em relação às experiências sexuais, conforme a Tabela 2, também é possível identificar diferenças entre os gêneros, sendo que algumas práticas só foram referidas por pessoas do gênero masculino.

Quando questionados sobre o uso frequente de preservativos nas relações sexuais com penetração, apenas duas pessoas que se afirmaram do gênero feminino referiram que sempre usam o preservativo, seis disseram que às vezes usam e cinco nunca usam. Já as respostas do gênero masculino assumiram a seguinte configuração: nove respondentes afirmaram que sempre usam o preservativo em relações sexuais com penetração, oito disseram que às vezes usam e um que nunca usa. Ressalta-se o número significativo de respondentes que não fazem o uso do preservativo em todas as relações sexuais.

Doze pessoas do gênero feminino afirmam que nunca usam qualquer proteção quando praticam sexo oral e uma pessoa referiu que usa às vezes. No que se refere aos respondentes do gênero masculino, 15 afirmaram que nunca usam, três às vezes e um não respondeu. Destaca-se que a proteção é ainda menor no sexo oral em relação ao sexo com penetração.

Quando questionados se transam embriagados ou sob o efeito de outras drogas, oito das universitárias afirmaram que às vezes ocorre e cinco que isso nunca ocorre. Já entre os respondentes que se afirmaram do gênero masculino, um declarou que sempre ocorre, 14 referiram que às vezes transam sob o efeito de drogas, três nunca e outros dois não responderam. Segundo referem, o uso do preservativo é ainda mais reduzido quando “transam bêbados”.

Contudo, quando questionados se fazem uso de drogas junto com seus parceiros, apenas uma pessoa que se afirmou do gênero feminino e duas do masculino afirmaram que ocorre às vezes.

A partir das respostas discursivas, constata-se que, assim como o encontrado em outros estudos com universitários, o uso do preservativo se reduz na medida em que as relações vão sendo compreendidas como “mais estáveis” (ZAMPIERI, 2012). Assim, o uso se dá um pouco mais em relações fortuitas. Contudo, com os “namorados” e “namoradas” a afirmação é de que “não é necessário”, justificando-se especialmente pela confiança entre os parceiros.

Quando questionados se se consultam com o médico com frequência, apenas uma pessoa do gênero feminino afirmou que não vai ao ginecologista com regularidade. Já entre os respondentes do gênero masculino o resultado é praticamente inverso, apenas dois afirmaram que vão com regularidade ao urologista. Atenta-se que há uma maior disseminação da necessidade de cuidado com a saúde sexual feminina. Em relação ao cuidado com a saúde masculina, ratifica-se que a mesma acaba por ser pouco considerada, sendo o descuido alicerçado em concepções sociais machistas (REBELLO; GOMES, 2012). Assim, a intensificação da promoção de saúde e autocuidado entre os jovens do gênero masculino comparece como algo urgente, o que só será possível se houver também a problematização e a ruptura com o machismo vigente.

### 3.5 Uso de contraceptivos e gravidez indesejada

Já em relação à frequência do uso de métodos contraceptivos, 11 pessoas do gênero feminino afirmam que sempre usam, uma às vezes e outra nunca usa. Em relação ao gênero masculino, seis afirmaram que sempre usam métodos contraceptivos, cinco às vezes e dois nunca, os demais não responderam à questão. Destaca-se a questão do gênero na contracepção, sendo esta um encargo das mulheres como resultante do sistema heterossexista / machista socialmente em curso (SILVA et al., 2010).

Os métodos contraceptivos citados como utilizados são a camisinha masculina e a pílula, com especial destaque para essa última. Os motivos atribuídos para a escolha desses métodos são a facilidade de manuseio e acesso. Referem dificuldades na utilização do método contraceptivo escolhido duas pessoas que se afirmaram do gênero feminino e cinco do gênero masculino.

Na questão acerca da idade que se considera mais adequada para uma pessoa ter filhos, as respostas indicam idade superior aos 22 anos. Quando questionados sobre os motivos que levam uma pessoa a engravidar sem desejar, têm-se a distribuição abaixo.

**Tabela 3.** Distribuição das respostas por motivos atribuídos à gravidez indesejada

Motivo	Gênero feminino	Gênero masculino	Total**
Falta de oportunidades para estudar e/ou trabalhar	1	3	4
Falta de opções na vida	1	1	2
Gostar de crianças	1	0	1
Brigas ou tristezas com a família	1	1	2
Vontade de ter a própria família	0	3	3
Desconhecimento sobre métodos anticoncepcionais	9	16	25
Satisfazer a vontade do companheiro	2	6	8
Dificuldade para comprar anticoncepcionais	1	3	4
Recusa do parceiro em usar algum método contraceptivo	9	10	19
Livrar-se de problemas com drogas	1	0	1
Irresponsabilidade	9	17	26
Imaturidade	9	15	24
Falta de preservativo na hora	5	8	13
Prazer	1	4	5

\* **Fonte:** Dados coletados pelos autores.

\*\* Cada respondente poderia assinalar mais de uma resposta.

Observa-se que o maior número de respostas aponta para irresponsabilidade e imaturidade dos sujeitos, mas também para a falta de conhecimento dos métodos.

Chama a atenção ainda o grande número de respostas que indicam como motivo a falta do preservativo na hora da relação sexual e a recusa do parceiro em usá-lo. Tem-se aqui um nó górdio para os trabalhos em educação sexual, nesse caso mais especificamente com jovens, envolvendo duas ações articuladas. É necessário que o jovem tenha a maior disponibilidade possível de acesso ao preservativo como, por exemplo, na própria universidade e festas universitárias. Para além disso, enfrentar a recusa ao uso do preservativo requer que também a universidade tome para si o papel de constituir espaços de diálogo e subjetivação de mitos, crenças, tabus, preconceitos e estereótipo sobre sexualidade e gênero, de forma a favorecer as mudanças de comportamento.

### 3.6 Saberes e crenças sobre sexualidade

Ao serem questionados sobre os seus saberes e crenças sobre sexualidade, constatou-se que muitos dos respondentes não sabem responder ou baseiam-se em mitos e estereótipos, conforme apresentado abaixo.

Sete pessoas do gênero feminino compreendem que a habilidade para transar é inata, cinco afirmam que não é e uma refere não saber. Oito pessoas do gênero masculino afirmam que a habilidade de fazer sexo é inata, quatro referem que não e sete afirmam não saber. Assim, constata-se a predominância de uma concepção essencialista da sexualidade que não a considera como uma construção que se dá a partir das possibilidades individuais constituídas em um meio cultural e, portanto, atravessada por valores, crenças e padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino.

Nove pessoas do gênero feminino afirmaram que a mulher não tem a mesma necessidade de sexo que o homem, uma refere que não sabe e três compreendem que ambos têm a mesma necessidade. Repõem-se, entre as mulheres entrevistadas, a concepção de que a sexualidade masculina é “desenfreada” (RABELLO; GOMES, 2012), em que nossos homens se portam como cavalos selvagens quando se refere à sexualidade. Seis pessoas do gênero masculino afirmam que a mulher não tem a mesma necessidade de sexo que o homem, 12 afirmam que sim, um refere não saber e outros dois não responderam.

Quando questionados sobre a existência de dois tipos de orgasmo feminino, o vaginal e clitoriano, seis pessoas do gênero feminino afirmaram que sim, duas que não, quatro referiram não saber, e uma não respondeu. Já entre os respondentes do gênero masculino onze afirmaram que sim, um que não e sete referiram não saber.

Quanto à afirmação de que um homem de pênis grande proporciona mais prazer em uma relação sexual, onze pessoas do gênero feminino afirmaram que não e duas referiram não saber. Já aquelas do gênero masculino, quinze afirmam que não e quatro referiram não saber.

Acerca do questionamento de se os travestis e transexuais são necessariamente homossexuais, cinco pessoas do gênero feminino afirmaram que sim, quatro que

não e quatro referiram não saber. Já entre os respondentes do sexo masculino, quatro afirmaram que sim, 10 que não e cinco referiram não saber. Indica-se a falta de clareza de grande parte dos respondentes de orientação sexual e identidade de gênero.

Quanto à afirmação de que a pornografia estimula as pessoas a cometerem atos criminosos, temos que quatro pessoas do gênero feminino acreditam que sim, sete que não e duas referiram não saber. Já em relação aos respondentes do gênero masculino, dois afirmam que sim, onze que não e quatro declararam não saber.

No que se refere à afirmação de que uma mulher lésbica preferiria um homem se fosse um “homem de verdade” e “usasse a técnica correta”, dez pessoas do gênero feminino afirmaram que não e três referiram não saber. Já entre os respondentes do gênero masculino, um afirmou que sim, 14 que não e cinco declararam não saber.

Assim, constata-se a permanência de mitos, crenças e preconceitos em relação à sexualidade, assim como o atravessamento de visões reducionistas que a fixam a parâmetros estritamente biológicos, conforme os pressupostos heteronormativos. Destaca-se que essa redução dificulta, inclusive, distinções que se fazem necessárias como, por exemplo, orientação do desejo e gênero, assim como reforçam preconceitos e favorecem discriminações. Nesse processo, tem-se também um contexto promissor para a permanência e propagação das identidades que fogem ao padrão binário estabelecido (LEITE JUNIOR, 2012).

## 4 Considerações finais

Os dados apontam para a relevância de se pensar propostas de educação sexual para esses universitários na medida em que suas respostas indicam que, com frequência, a percepção de risco dos sujeitos pesquisados é baixa, o que indica a vulnerabilidade dos universitários que constituem o universo da pesquisa. Os sujeitos apresentam comportamento de risco em suas relações sexuais, mantêm estereótipos de gênero e mitos sobre a sexualidade, resultando em vulnerabilidade quanto a processos de adoecimento e gravidez indesejada.

Os dados encontrados são bastante consonantes com outros estudos presentes na literatura, conforme apresentados na introdução, o que aponta para a relevância de se pensar na questão da educação sexual no Ensino Superior de uma forma mais ampla, possibilitando que a universidade e também os profissionais de saúde possam ser reconhecidos como meios de obtenção de informação e promotores de reflexão acerca de questões relacionadas à sexualidade e ao gênero.

A explicitação e o entendimento sobre as vulnerabilidades dos universitários são fundamentais para o desenvolvimento de ações que criem ambientes de debate e participação democrática com acesso não apenas a informação, mas efetiva formação a respeito da sexualidade humana, visto que mudanças de comportamentos não

são possibilitadas apenas pelo fato do indivíduo possuir acesso a informação e pelo reportar de práticas pontuais, mas por práticas regulares, refletidas, que ocorrem quando internalizadas pelo indivíduo em seu dia-a-dia. Para tanto, faz-se necessário, na universidade, assim como na escola de educação básica, um trabalho sistemático com a temática sexualidade, utilizando-se para tais estratégias participativas capazes de oferecer experiências enriquecedoras para a prevenção das ISTs, bem como a desmistificação de estereótipos, crenças e preconceitos.

Entende-se que, na universidade, podem se constituir espaços favorecedores da subjetivação de informações sobre sexualidade e gênero, promovendo a mudança de comportamento, o respeito aos diversos, mesmo porque, como assinalam os dados, ainda que esses jovens tenham informação nem sempre agem em consonância com as mesmas.

## Referências

- ALVES, J. A. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n 37, p. 53-61, 1991.
- BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Rev. Estud. Fem.*, v. 19, n. 2, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 fev. 2017.
- BRANCALEONI, A. P. L.; OLIVEIRA, R. R. Educação sexual na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. *Revista ELO-Diálogos em Extensão*, v. 5, n. 2, p. 57-72, 2016.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão* / Organizado por Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Simone Medeiros. – Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. 480 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category\\_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 06 set. 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRETAS, J. R.; de FREITAS, M. J. D.; ZANATTA, L. F.; de GODOI, A. M. L., de MORAES, J. B.; SOUZA, R., L.; FURTADO, B. M. Corpo, gênero e sexualidade: práticas de extensão universitária. *Revista Ciência em Extensão*, v. 11, n. 1, p. 100-115, 2015.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COELHO, M. T. Á. D.; SANTOS, V. P.; PONTES, M. P.; SÁ, B. V. Informações sobre o HIV/AIDS e o comportamento de estudantes universitários. In: Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero do ABEH, 7, 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8724/1/INFORMA%C3%87%C3%95ES%20SOBRE%20O%20HIV%20AIDS%20E%20O%20COMPORTAMENTO%20DE%20ESTUDANTES%20UNIVERSIT%C3%81RIOS.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.
- FRANCO, M.L.P.B. *Ensino Médio: desafios e reflexões*. Segunda parte: Questões metodológicas, Campinas, Papirus, 1994.
- LEITE JUNIOR, J. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, 2012.
- LUDCKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *A pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.
- NARDI, H. C.; et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria & Sociedade*, n. 21, v. 2, p. 179-200, 2013.

REBELLO, L. E. F. S.; GOMES, R. Qual é a sua atitude?: Narrativas de homens jovens universitários sobre os cuidados preventivos com a AIDS. *Saúde soc.*, v. 21, n. 4, p. 916-927, 2012.

SANTOS, P. Desejos, conflitos e preconceitos na constituição de uma travesti no mundo da prostituição. *Revista latino-americana de geografia e gênero*, n. 1, v. 1, p. 39-48, 2010.

SILVA, F. C. D.; et al. Diferenças regionais de conhecimento, opinião e uso de contraceptivo de emergência entre universitários brasileiros de cursos da área de saúde. *Cad. Saúde Pública*, v. 26, n. 9, p. 1821-1831, 2010.

SILVA, R.C. *Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania*. São Paulo: Vetor, 2002.

SOUSA, A. C. S. Extensão universitária: lugar de encontro entre a educação e as diversidades. *Interagir: pensando a extensão*, n. 20, p. 22-38, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 1992.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior*. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 9 de outubro de 2013. 16p. 2014.

ZAMPIERI, M. C *O comportamento sexual do universitário brasileiro: estudo analítico-descritivo acerca de suas concepções, valores e atitudes sobre a sexualidade*. (Tese) Doutorado em Educação Escolar – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2008, 272 f.